



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

ANÁLISE DO DEBATE TEÓRICO EM GEOPOLÍTICA E GEOGRAFIA POLÍTICA NOS PERÍODOS DAS GUERRAS MUNDIAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO, ESTADO E PODER.

SANTOS, Danilo. O. (PICV) - FECILCAM, daniilo.ci@hotmail.com

BOVO, Marcos Clair (OR) - FECILCAM, mcbovo@yahoo.com

RESUMO: Os conflitos mundiais e regionais, as tensões entre Estados e povos e o equilíbrio instável das relações internacionais, são assuntos que nos últimos anos são os objetos de estudos de diversos cientistas sociais, que analisam as relações de poder no espaço mundial. O presente artigo visa apresentar a relação de poder que o Estado exerce sobre o território em diversas escalas, com ênfase no debate teórico entre Geopolítica e Geografia Política nos períodos das grandes guerras mundiais (1914-1945). A pesquisa apresenta de forma sistemática as diferenças e os principais debates entre Geopolítica e Geografia Política tendo como base o pensamento de Friedrich Ratzel sobre o Estado alemão. É neste contexto que se busca um resgate histórico de seus pensadores com suas ideologias no transcurso da Primeira e Segunda Guerras Mundiais. A pesquisa é de caráter teórico e tem como apoio o levantamento bibliográfico de teses, dissertações, livros, artigos, revistas, jornais e artigos da internet relacionada à Geopolítica e Geografia Política.

Palavras-chave: Estado; Geografia Política; Geopolítica.

1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo onde se prevalece o sistema de produção capitalista moderno, as relações políticas e estratégicas entre os países adquiriram uma dimensão planetária. Tal fato resultou da difusão dos meios de comunicação e tecnologia pelo globo, o que propiciou um processo de globalização desigual e perverso.

Foi através da rivalidade e dos interesses voltados no âmbito econômico dos grandes impérios que as relações entre os mesmos se intensificaram. O choque de tais interesses econômicos e políticos distintos colocaram os países mais poderosos em disputas territoriais e por novos mercados. Nos séculos XVIII e XIX os confrontos tiveram dimensões regionais, porém, no século XX foi o cenário de conflitos que atingiram escala mundial.

É neste contexto, que as forças das decisões políticas, das intervenções bélicas e dos acordos multilaterais entre países ou organismos multinacionais (como a Liga das Nações ou a sua sucessora, a ONU – Organização das Nações Unidas), que consagrou no estudo da Geografia as preocupações com a Geografia Política do mundo. Na atualidade esses assuntos passam a incorporar a ideia de ordem mundial. De fato, as relações internacionais subordinaram-se a certas regras



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

impostas (principalmente pelas forças das armas) pelos países mais poderosos economicamente e que saíram vitoriosos nas grandes guerras.

Os objetivos desse artigo foram estabelecidos a parti deste contexto, o de apresentar uma análise do debate teórico entre Geopolítica e Geografia Política nos períodos das guerras, destacando a relação de poder exercida pelo Estado no território segundo os teóricos da geografia política e geopolítica, Friedrich Ratzel (1844-1904), Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Camille Vallaux (1870-1845), Johan Rudolf Kjéllen (1864-1922), Alfred Thayer Mahan (1840-1914), Halford J. Mackinder (1861-1947) e Karl Haushofer (1869-1946).

2 A GEOGRAFIA POLÍTICA CLÁSSICA DE RATZEL: O ESPAÇO VITAL E O PROJETO EXPANSIONISTA ALEMÃO

O termo Geopolítica foi utilizado pela primeira vez em 1905 por Rudolf Kjéllen, jurista e professor sueco que vivia na Alemanha. Ele era um admirador da cultura alemã e suas teorias serviram de base para o encontro do conhecimento geográfico sistematizado e o dos generais alemães. Foi um dos muitos discípulos de Ratzel, tendo teoricamente a mesma concepção de Estado, mas reduz a ideia de Estado como organismo biológico e não territorial como propunha Ratzel.

Para Azevedo (1955).

O Estado com um ser vivo, Kjellén multiplicou-se numa série de analogias: o território seria o corpo, a capital representaria o coração e os pulmões, as vias de transporte corresponderiam às artérias e às veias, os centros de produção seriam as mãos e os pés. Segundo ele, o verdadeiro poderio do Estado resulta da existência de três condições essenciais: a) grande espaço; b) ampla liberdade de movimentos; c) perfeita coesão interna (AZEVEDO, 1955, p. 45).

O termo geopolítica surgiu num ensaio intitulado “As Grandes Potências” em 1905, anos mais tarde pública “O Estado Como Forma de Vida” editado em 1916 na Suécia. Kjellén definiu a geopolítica como “a ciência que estuda o estado como organismo geográfico”, sendo sua abordagem política (Estado/território), diferente da geografia política que seria geográfica (homem/natureza).

Porém, não é esse o marco inicial das ações políticas e estratégicas em prol da expansão moderna. Antes mesmo da criação e uso da expressão já existiam linhas de pensamento que defendiam tais ações.

Os estudiosos são unânimes em identificar que Friedrich Ratzel (1844- 1904) como inspirador teórico da Geopolítica, embora jamais tenha usado este termo. Tanto os geopolíticos quanto os estudiosos da Geografia Política reivindicam a obra de Ratzel como a precursora de sua área de conhecimento.

Ratzel é considerado o “pai da geografia humana”. Iniciou sua carreira acadêmica no curso de zoologia em 1866 em Heidelberg, onde sofreu forte influência de Ernst Haeckel discípulo de Charles Darwin, daí a procedência de seus artigos iniciais de conteúdo fortemente naturalista-evolucionista. Um ano após seu ingresso na universidade, Ratzel foi convocado pelo exército alemão para ser oficial



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

na guerra franco-prussiana. Em 1873 embarca para a América como correspondente de um jornal passando pelos Estados Unidos e México, onde permaneceu dois anos.

Depois que voltou a Alemanha Ratzel se destaca no ambiente acadêmico alemão após publicar sua obra (*Antropogeografia*, 1882), onde segundo ele o objetivo da antropogeografia seria o da questão da influência que as condições que a natureza exerce sobre a humanidade. Em Moraes, (1990), observa-se que o objeto de estudo se repartiria em três.

O estudo da ação de tais elementos sobre a evolução das sociedades seria o objeto primordial da pesquisa antropogeográfica. O estudo da distribuição das sociedades humanas sobre o globo constituiria o segundo campo de estudo dessa pesquisa [...]. O terceiro tema de interesse da antropogeografia seria o estudo da formação dos territórios (MORAES, 1990, p.9).

Em 1897, publicou a obra (*Politische Geographie*) ou Geografia Política, cuja segunda edição apareceu com o título de “Uma geografia dos Estados, do Comércio e da Guerra”. Mas para compreender melhor as obras de Ratzel deve-se analisar também o contexto histórico em que o mesmo vivia, ou seja, em uma Alemanha recém unificada e de forma tardia, onde França, Inglaterra, Rússia e os Estados Unidos da América já haviam repartido o mundo e o processo de exploração tanto natural quanto social já era acentuado.

Para Moraes (1990):

Ratzel vivenciou o processo de formação do Estado moderno alemão, tendo escrito a maioria de seus trabalhos no período bismarckiano de consolidação desse Estado (...). Em razão do caráter tardio da consolidação de sua unidade nacional, a Alemanha [...] emerge como potência capitalista, apresentando a industrialização superior à da Inglaterra no último lustro do século XIX, destituída de colônias. Um expansionismo latente será a marca política nacional alemã no período [...]. Sua teorização atua no sentido de legitimar o projeto expansionista, seja através da naturalização da guerra e da competitividade entre as nações, seja pela apologia ao Estado existente em suas obras [...]. Ratzel parte da ideia que existe uma unidade da humanidade. O único critério absoluto diferenciador das várias sociedades é o critério de civilização. A divisão existente na humanidade seria aquela entre “povos naturais” e “povos civilizados” (MORAES, 1990, pp.19-21).

Para Ratzel, a civilização seria uma utilização consciente da natureza, diferentemente da produção contemporânea dos povos naturais. É neste sentido, que (MORAES, 1990, p. 21), ressalta que “ele é explícito em colocar que a força do homem é inesgotável e a energia do povo é o motor fundamental do progresso. Desse modo, progredir é aumentar a produção e o domínio sobre a natureza e assim atingir a civilização”. Dessa forma, este requisito só pode ser preenchido pelas sociedades modernas, pois estas fazem do crescimento econômico a essência. Ele parte da afirmação da “unidade da espécie humana”, onde segundo



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

ele, as diferenças encontradas entre os povos na superfície terrestre, nada mais é do que a história produzida com o passar dos tempos, onde cada história teve suas características principais. Com Ratzel a humanidade passa a ser unitária em sua origem, diferenciando-se no decorrer dos processos históricos, não existindo povos sem culturas ou em fase de regresso cultural.

Neste sentido, para (MORAES, 1990, p. 21), “Ratzel defendia a modernização que se expandia, atribuindo às áreas modernizadas o conceito de civilização”. Os povos ditos “primitivos” deveriam seguir o caminho que levaria ao progresso. Com isso, atingiriam o estágio civilizado.

De acordo com (MORAES, 1990, p. 24), Ratzel considera ainda a violência, a guerra e a conquista como componentes naturais da história humana. O contato entre povos vai naturalmente estabelecer um mecanismo de disputa. O contato resultaria em comércio, assimilação e guerra. É neste contexto, que está o cenário do pensamento geopolítico.

Também é neste contexto, que o geógrafo alemão Friedrich Ratzel foi o primeiro a formular uma teoria geográfica do Estado. Para (COSTA, 2010, p.34), Ratzel apresentava os Estados como “organismos que devem ser concebidos em sua íntima conexão com o Estado”. Daí a necessária adoção do que sugere como um “senso geográfico” ou fundamento geográfico do poder político, o qual não deve faltar aos “homens de Estado pragmáticos”. Essa ideia de organismo Ratzel trouxe da biogeografia, onde o solo se comportaria segundo as leis que regem os seres humanos, ou seja, nascer, avançar, recuar, estabelecer relações e declinar. Daí a concepção determinista de que o solo “favorece ou emperra” o desenvolvimento dos Estados.

Para Ratzel cabe ao Estado estreitar o máximo possível o relacionamento entre solo e Estado, daí a necessidade da geografia da época de operar essa articulação.

Para Costa (2010):

O homem, bem como a maior de suas obras, o Estado, não é concebível sem o solo terrestre. Quando nós falamos de Estado, designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade ou uma obra humana e, ao mesmo tempo, uma superfície terrestre (COSTA, 2010, p. 35).

Esse Estado como organismo se dá devido seu caráter articulador entre povo e solo. Nessa articulação entre povo, Estado e solo, as partes deveriam se comportar de maneiras iguais, pois que valor teria um solo fértil em mãos de pessoas sem uma visão geográfica para saber a melhor forma de utilização. Por isso que não se trata de um determinismo estreito, onde a natureza é o fator fundamental. Isso fica claro em (MORAES, 1990, p.10), onde o autor diz que “Ratzel foi um crítico do determinismo simplista, o qual em sua opinião prestou um desserviço à geografia ao tentar explicar de imediato – e por uma visão especulativa, sem base empírica – a complexa questão das influências das condições naturais sobre a humanidade. Ele chegou a tecer críticas contundentes à ideia “obscura” de ser o homem um produto do meio”. Nota-se em Ratzel que o povo



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

entra com seu espírito, cultura e principalmente sentimento territorial, sob o comando de um Estado forte e centralizador que está acima da sociedade.

Segundo Costa (2010):

A unidade do estado depende da unidade territorial e que esta por sua vez, depende dos liames espirituais entre os habitantes, o solo e o Estado. Trata-se, assim, de uma unidade nacional-territorial comandada pelo poder central. Uma política estatal correta é a de evitar que as dissensões que ocorrem no interior da sociedade se transformem em conflitos geografizados (COSTA, 2010, p. 36).

A partir de então é que surge o “ideal nacional” ou a “política nacional” que expressam a raça, língua e território em comum. Esse é o caso do povo alemão, que no pós 1º guerra mundial com a ascensão dos nazistas ao poder, utilizou dessas ideologias como pretextos para as anexações que realizou, dentre elas a principal foi à Áustria que foi expulsa do império da Prússia.

O projeto geopolítico de Ratzel para a Alemanha previa um expansionismo latente, que seria consumando com um processo de colonização, diferentemente do que ele chamava de conquista, algo que foi realizado por França e Inglaterra. Ele considerava que o processo de colonização era uma valorização do espaço territorial e que no caso da Alemanha teria de ser na própria Europa.

A questão agrária alemã para Ratzel é um fator de irracionalidade no projeto nacional de unificação. Devido o fato dos camponeses estarem muitos dispersos no espaço e pouco contribuírem para tal projeto, e os grandes proprietários controlam as periferias dos centros políticos, aumentando a fragmentação do espaço.

É neste contexto que Costa (2010):

Nessa longa luta entre as duas forças, a primeira forma um partido agrário quase feudal, enquanto a segunda um partido capitalista e democrático, ulteriormente atravessado por tendências socialistas, numa evolução excepcionalmente rápida, como é o caso bem demonstrado pela Áustria (COSTA, 2010, p. 39).

É necessário segundo Ratzel, para todo geógrafo e político ampliar o “horizonte geográfico” de uma maneira fácil que é com uma simples declaração de guerra, o que segundo ele faz desaparecer as fronteiras, o que favorece o projeto expansionista, aonde o conhecimento geográfico vem cada vez mais ganhando importância entre os “homens de Estado”.

De acordo com Costa (2010):

O saber geográfico tem desde sempre demonstrado a sua eficácia política. Pode-se citar um número incalculável de ações que malogram por causa de um horizonte político-geográfico deformado ou imaginário, de mal-conhecimento do país e dos homens, do solo e do clima; e mesmo exemplos de projetos políticos conscientemente fundados na geografia (COSTA, 2010, p. 41).

Neste sentido, a Geopolítica tem seus estudos pautados no âmbito dos órgãos do Estado, teria sempre um caráter mais utilitário de aplicação que a Geografia Política. Para (COSTA, 2010) é a elaboração de teorias e projetos



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

voltados às relações de poder entre Estados e estratégias de caráter geral para os territórios nacionais estrangeiros.

A partir dessa matriz teórica, o pensamento geopolítico desenvolveu-se no interior de cada Estado Moderno. Incorporaram-se nas forças armadas, no corpo diplomático, no discurso e na prática dos dirigentes e até mesmo ganhou força entre as populações. Também inspirou numa enorme literatura, o que possibilitou uma ampliação de conceitos e deu margem para maior ambição dos geopolíticos.

3 A GEOGRAFIA POLÍTICA FRANCESA, O PODER MARÍTIMO E O PODER CONTINENTAL

Em contra partida a geopolítica da Alemanha, surge à “Escola Francesa de Geografia Humana”, como uma alternativa teórica pelo o que vinha se produzindo na vizinha Alemanha, a geopolítica. O pioneiro da geografia francesa foi Paul Vidal de La Blache, que foi o primeiro a criticar a obra de Ratzel em seu artigo de 1898 “A Geografia Política”, que dizia que devem interessar a geografia política às formas de distribuição da humanidade na superfície terrestre, conforme afirma (COSTA, 2010).

La Blache era um historiador, sendo assim tinha grande preocupação com a desigual distribuição da população sobre a superfície da terra. Preocupou-se então com o estudo das relações entre homem e meio, diferente de Ratzel que estudava as relações Estado e meio, daí o surgimento da expressão possibilismo, posteriormente divulgada por Lucien Febvre, onde o meio exerce alguma influência sobre o homem, mas este pode exercer influência sobre o meio dependendo das condições técnicas de que dispunha.

Para (COSTA, 2010, p. 144), La Blache ressalta que “A geografia política deve encontrar o seu lugar entre as ciências geográficas, atentando para o fato de que os fenômenos de que trata estão sujeitos às influências do meio físico e das formas de vida (...) aos homens cabem as escolhas diante do que o meio lhe oferece”. La Blache ainda diz que é preciso observar e analisar que os fatos estão em movimento.

Quanto à questão de Estado com um organismo vivo, La Blache concorda com Ratzel, mas se refere às relações do homem com o solo e não do Estado com o solo como afirmava Ratzel, e atenta para que “não se abuse” do conceito. Em Costa (2010), está evidente o conceito de La Blache.

Um termo com o qual não conviria abusar, mas que Ratzel emprega com razão em se falando de Estados, é aquele do organismo vivo. Esta expressão nada mais faz que designar por uma fórmula correta a lei de desenvolvimento que domina as relações do homem e do solo (COSTA, 2010, p. 144).

A partir de Paul Vidal de La Blache, a geografia política francesa vinha se firmando no contexto da geografia humana francesa como uma das mais importantes na história. As maiores contribuições foram de J. Ancel, Camille Vallaux, e J. Brunhes.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Camille Vallaux publicou seu livro “Geografia Social – O Solo e o Estado” de maneira proposital, apresentando o primeiro estudo completo e sistemático em geografia política no âmbito da escola francesa.

É neste sentido que Costa (2010) destaca que:

Para ele o meio natural representaria para a história humana um elemento constante a combinar-se permanentemente com os elementos variáveis da vida das sociedades [...]. Como esses elementos constantes distribuem-se desigualmente na superfície terrestre, resulta daí uma diferenciação dos espaços políticos e do desenvolvimento dos Estados [...]. Apesar de o meio natural interferir na definição dessa variação e individualidade, não significa que o faça de modo a determinar a história das sociedades políticas e dos Estados [...]. A relação das sociedades com o meio natural se desenvolve, por um processo de adaptação ativa (COSTA, 2010, p.45).

Esse é um dos pontos que a maioria dos geógrafos que analisaram as obras de Ratzel tem em comum, ou seja, que as sociedades se desenvolvem sob a forma de adaptação ativa e de maneira específica. É daí que surgem as atuais diferenças entre os povos ditos mais “desenvolvidos” e os “menos desenvolvidos” segundo a concepção francesa. Entendem o espaço como um “espaço concreto” que tem suas particularidades, por isso não concordam com o conceito de “espaço vital” proposto por Ratzel em (*Antropogeografia*, 1882).

Paralelamente a isso nos Estados Unidos, o almirante, oficial da marinha e professor naval Alfred Thayer Mahan insere no cenário mundial a ótica norte-americana com sua famosa obra “A influência do poder marinho sobre a história”, publicada em 1890. Mahan também seguia o mesmo ideal dos geopolíticos clássicos, supervalorizando a questão da raça como um fator positivo para o colonialismo ou o neocolonialismo, com isso as guerras seriam inevitáveis. Segundo Mahan, o ponto principal para alcançar a hegemonia mundial seria o domínio das rotas marítimas, por onde perpassam os fluxos do comércio internacional.

Segundo Costa (2010), “Mahan concebe os oceanos e mares como um vasto espaço social e político com características próprias que os distinguem dos espaços terrestres, mas articulados a estes pelos portos e vias de comunicações interiores”. Com isso, uma nação poderia aumentar seu poderio marítimo e utilizar de suas colônias e portos para assim desenvolver novas estratégias de domínio dentre outras. O sucesso da teoria de Mahan se deu devido o ambiente cultural e político dos Estados Unidos, país emergente que já se consolidava no início do século XX como uma das maiores potências mundiais do mundo multipolar, com isso, ampliar o controle dos mares seria o grande objetivo da estratégia norte-americana.

Considerado como o grande teórico da geopolítica, o geógrafo inglês Halford J. Mackinder não fez uso do termo geopolítica em seus textos, mas era um crítico da falta de conteúdo político nos textos dos geógrafos do período. Suas principais obras foram “O Pivô Geográfico da História” em 1904 e “Ideais Democráticos e Realidade” editado em 1919. Em oposição a Mahan, Mackinder propõe o “poder terrestre” como



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

a forma de atingir a hegemonia mundial, mesmo sendo um inglês, o mesmo não confirmou a tendência de apoiar a teoria do poder marítimo.

Dirigiu sua atenção para principalmente para o velho mundo (África e Eurásia), sistematizando alguns conceitos de sua teoria que posteriormente seriam utilizados por vários geopolíticos em seus projetos expansionistas como, ilha mundial (world island), pivot area (área articulação), heartland (terra coração). Tentou compreender a história das guerras e conflitos com ênfase na questão territorial. As teorias de Mackinder também foram frutos do mundo em que o mesmo vivia, a guerra se desenvolvia na terra ou no mar e o que mostrava o real poder de um exército era a quantidade de navios e soldados e não a guerra aérea que temos na atualidade onde se utilizam tecnologias de precisão para além da superfície da terra.

4 A GEOPOLÍTICA DA GUERRA

A Guerra franco-prussiana (19 de julho de 1870 à 10 de maio de 1871) foi um conflito ocorrido entre França e o Reino da Prússia no final do século XIX. A vitória incontestável dos alemães marcou o último capítulo da unificação alemã sob o comando de Guilherme I da Prússia. Também marcou a queda de Napoleão III e do sistema monárquico na França, e também como resultado da guerra ocorreu à anexação da maior parte do território da Alsácia-Lorena (região rica em minério de ferro e carvão mineral, combustíveis essenciais para o desenvolvimento da época) pela Prússia, que originalmente pertencia ao Sacro Império Romano-Germânico e tomado pelo Rei Luís XIV da França, após a guerra franco-prussiana a região voltou a fazer parte do Império Alemão até o fim da Primeira Guerra Mundial quando passou novamente a fazer parte do território da França.

A Primeira Guerra Mundial foi iniciada devido à desvantagem que os últimos impérios a serem formados tinham em questão territorial e econômica em relação com as grandes potências já formadas (principalmente a república da França e o império da Inglaterra). Os impérios de formação tardia, principalmente Alemanha, Itália e Japão, sofriam as conseqüências de terem pouca extensão territorial, pois viam que seus atrasos tanto economicamente quanto territorialmente se davam pelo processo de colonização que estava no seu ápice, ou seja, a partilha do mundo já havia ocorrido pelas grandes potências da época. No caso alemão, sua industrialização foi tardia. Segundo (ANDRADE, 1998, p.45) “A Alemanha se industrializou tardiamente porque só em 1871 conseguiu realizar a sua unidade política, sob a égide da Prússia e com a exclusão da Áustria”.

No pós Primeira Guerra mundial, a Alemanha destruída, vencida e sem boa parte de seu território, iniciava a reconstrução e enfim tornava-se república, sendo Friedrich Ebert o primeiro Presidente da República. Os humilhantes termos da paz, como o tratado de Versalhes, as crises econômicas e as astronômicas indenizações que tinham de pagar aos países vencedores da guerra, provocou indignação entre os alemães e enfraqueceram drasticamente o novo regime democrático. O desfecho da Primeira guerra contribuiu para um clima de



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

instabilidade latente na Europa e acabaria por estimular a ascensão de um regime totalitário e uma provável Segunda Guerra Mundial.

Nas décadas de 1920 e 1930, a produção em geografia política aumentou consideravelmente, refletindo as características da época. Desta forma para (COSTA, 2010, p.116), “o pensamento de Ratzel influenciou quase todos os geógrafos alemães que publicaram livros de geopolítica no período das guerras”. Um deles foi Karl Haushofer, oficial do exército em 1889, participou da guerra de (1914-1918). As ideias de Haushofer eram baseadas em Ratzel e Kjéllen, e se desenvolveu basicamente em Munique, e acabou repercutindo no mundo todo devido o fato do período ser marcado pelas guerras. Sua geopolítica associava a luta pelo espaço a um povo racialmente homogêneo e que procurava articular a “ciência militar” com a geografia política, de onde surgiria então a geopolítica aplicada à geografia alemã.

Haushofer tornou-se amigo e mais tarde professor de Huldolf Hess, que era integrante do partido nazista, uma espécie de vice – *Führer* (líder), isso o deixava ligado a Hitler, onde explanou ao líder nazista suas ideias geopolíticas e principalmente o conceito central de “espaço vital” e o terceiro Reich. Em (COSTA, 2010, p.120, *apud* DORPALLEN) diz: No curso dessa visita, Hitler foi iniciado nos mistérios da *geopolitiki*. Ali Haushofer pontificou sobre a necessidade do ‘espaço vital’ e deram a Hitler um de seus mais efetivos argumentos para suas subseqüentes loucuras.

Nunca pertenceu ao partido nazista, porque sua esposa era descendente de judeus, sua ligação era basicamente nas ideias comuns sobre a política alemã. Discordava quanto à questão do uso de armas para atingir tais objetivos, o que o levou a renunciar seus “cargos de responsabilidade”. Era responsável pelo curso de geopolítica e assuntos militares e foi presidente da Academia Alemã em 1934.

Sobre o determinismo de Ratzel, Haushofer leva em consideração o “ajuste” entre necessidade da população e espaço sendo à base de seu conceito de “espaço vital”, que segundo Costa (2010):

Haushofer leva os extremos [...]. Partindo de um conceito metafísico de espaço geral e abstrato [...] ele conclui que “o espaço rege a história da humanidade” [...] Só uma nação cujo espaço se ajusta às suas necessidades, tanto espirituais como materiais, pode ter esperança de alcançar verdadeira grandeza (COSTA, 2010, p.129).

Haushofer foi julgado no julgamento de Nuremberg após o fim da 2ª guerra mundial, e disse que em hipótese alguma colaborou com o regime nazista, dizendo que ele próprio foi vítima de perseguições, e um trecho de seu depoimento está presente em Costa (2010).

A partir do outubro de 1938 começa o calvário da geopolítica no interior do calvário da ciência política de toda a Europa Central; ela foi esmagada pelo poder absoluto de um partido: os órgãos oficiais abusaram dela e a desfiguraram (COSTA, 2010, p.126).

Haushofer, segundo (COSTA, 2010, p.127), não estava preocupado com os fundamentos da geografia política em si, mas na sua articulação com as ciências



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

políticas, cujo resultado (a geopolítica) fosse útil aos “homens de Estado” encarregados da política externa de seu país.

A geopolítica alemã nessa época, como já foi visto, era basicamente expansionista, e esse expansionismo influenciava todo o meio acadêmico alemão. É notável isso nas teorias geopolíticas de Ratzel, Kjéllen, Haushofer entre muitos outros que também tinham essa visão da necessidade de expansão territorial como sendo uma das poucas formas de obter poder. O próprio líder do partido nazista tinha esse pensamento, influenciado por Haushofer e também pela mitologia nórdica que diziam que o povo alemão era uma raça superior e que só alcançaria sua superioridade quando o sangue alemão fosse puro. Em seu livro “Minha Luta” (*Mein Kampf*), (HITLER, Segunda parte, cap. II), diz:

O grande princípio que nunca deveremos perder de vista é que o Estado é um meio e não um fim. É a base sobre que deve repousar uma mais elevada cultura humana, mas não é a causa da mesma. Essa cultura depende da existência de uma raça superior, de capacidade civilizadora... Assim sendo, a condição essencial para a formação de uma humanidade superior não é o Estado, mas a raça (HITLER, 2005).

A Geografia Política, segundo o geógrafo Wanderley M. da Costa (2010), refere-se de modo geral ao exame das relações entre Estado e espaço, e questões como posições de países, situação, características de fronteiras, bases naturais do território, mudanças na divisão política do mundo, entre outras. São estudos sistemáticos feitos especialmente por pesquisadores e professores universitários, servindo para melhor conhecer o mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a visão dos autores citados no presente trabalho, em sua grande maioria, foi baseada em seu contexto social. As Teorias de Ratzel analisadas por autores de fora do ambiente alemão, obviamente seriam contra o termo “espaço vital” proposto pelo mesmo. Não se trata de uma justificativa ao expansionismo latente da Alemanha nos períodos das guerras, mais sim de analisar a visão que Ratzel tinha sobre o mundo no século XX. A Alemanha ainda era um império e o sistema capitalista ainda não estava difundido pelo mundo. Os britânicos e franceses de classe média e alta em particular, viviam em um mundo ideal onde os ideais econômicos manteriam os grandes poderes da Europa longe de travarem guerras entre si. Para esses britânicos e franceses daquela época o mundo era mais livre do que é hoje, um cidadão sensato poderia passar sua vida inteira sem perceber a atuação do Estado. Era um tempo de livre fluxo de capital e livre movimentação de pessoas e bens, sendo que em 1914 havia mais globalização do que há agora. A única saída para o crescimento dos Estados na época eram os recursos naturais (segundo a visão da Alemanha enquanto império), o que não seria possível devido à desvantagem que tinha sobre as grandes potências já formadas.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

O grande problema por parte dos alemães foi o abuso dos conceitos de território, Estado e poder, que extrapolaram o conceito científico e partiram para um determinismo estreito e sem base científica. A união de uma geopolítica corrompida e mitos antigos levaram a humanidade na Segunda Guerra Mundial a um regresso no tempo, onde foi preciso a morte de mais de 50 milhões de pessoas para o mundo se reorganizar e se reestruturar.

No pós Segunda Guerra Mundial os estudos de geopolítica diminuíram consideravelmente devido o programa de contenção de regimes totalitários no mundo todo e a própria Guerra Fria que também foi de extrema importância. O contexto histórico vivido na Alemanha nos períodos das guerras era o de uma ciência utilitária “o utilitarismo”, que se enraizava na geografia de Ratzel, daí o caráter prático da geopolítica. Mas de fato a distorção da concepção ratzeliana se deu devido às imposições que a Alemanha sofreu após ser derrotada na Primeira Guerra Mundial. Tal geopolítica ratzeliana tornou-se um instrumento temível nas mãos de certos nacionalistas fervorosos e ultra-reacionários, principalmente alemães, italianos e espanhóis. Esses usuários tornaram o aspecto utilitário do saber geográfico como um saber da guerra, do comércio e da manipulação.

Na atualidade os estudos no âmbito de geopolítica e geografia política retornaram em meados da década de 1980, voltados para estudos regionais principalmente os conflitos fronteiriços, a geopolítica dos recursos hídricos e florestais e minerais dentre outros.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manoel Correia. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. São Paulo, Contexto, 1988.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

AZEVEDO, A. **Geografia a serviço da política**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 21, out. 1955, p.42-68.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro, Zahar S.A, 1979.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo, Edusp, 2010.

HITLER, Adolf, **Minha Luta (Mein Kampf)**. 5º ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MORAES, Antônio Carlos R. (org.), **Ratzel**. São Paulo, Ática, 1990. _ (Grandes cientistas sociais, 59).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ática, 1993.

VESENTINI, J. Willian. **Nova ordem, Imperialismo e Geopolítica Global**. Campinas. Papirus, 2003.